

A CONSTRUÇÃO DO CANAL DE SUEZ E A FORMAÇÃO DO CONFLITO: A FORÇA DE PAZ BRASILEIRA NA FAIXA DE GAZA

FRANCISCA CARLA FERRER*
JÚLIA SILVEIRA MATOS**

RESUMO

Apesar de ocorrerem ainda inúmeros conflitos, após 1945 as nações uniram-se em busca de paz. A ONU passou a intervir em conflitos armados sempre que achasse necessário para a manutenção da paz. Entretanto, o imperialismo havia deixado suas marcas em diversos países da África, que após a Segunda Guerra Mundial se lançaram na luta por independência. Este foi o caso de Suez. No presente artigo apresentamos nossa análise sobre a formação do conflito árabe-israelense na Faixa de Gaza e da efetiva participação brasileira, como força de paz enviada pela ONU, na Guerra dos Seis Dias.

PALAVRAS-CHAVE: ONU, Suez, força de paz

O que mais poderia ter lançado (...) em uma louca guerra, (...) do que solidariedade que emana de um "nós" imaginário, em oposição a um "eles" simbólico?
Eric Hobsbawm¹

Nacionalidade, pátria e identidade, são palavras que expressam sentimentos modernos de complexa conceituação². Com o fim das monarquias, que de certa forma atuavam como ícones identitários para o povo, os novos estados lançaram-se em busca de símbolos comuns para a nação, algo que os unisse, como laços sanguíneos, que os levasse a lutar pela pátria e morrer se preciso. A pátria deveria assumir o lugar que antes era reservado ao Rei, Imperador ou a Deus. O conceito de estado, de pátria, foi algo tardio na história da humanidade e tornou-se o grande problema do século XX.

* Professora de História, Mestre em História – PUCRS; doutoranda em História – USP; carla304@terra.com.br.

** Professora do Dep. de Biblioteconomia e História – FURG; mestre em História – PUCRS; julmatos@universia.com.br.

¹ HOBBSAWM, 1990, p. 195.

² Conforme, FEBVRE, 1998.

Sabemos que as duas Grandes Guerras se deram por diversos problemas econômicos, mas um dos fatores de grande atuação nesse processo foi a construção da soberania nacional, expansão de fronteiras e fortalecimento identitário através da guerra. No século XIX, Carl von Clausewitz, um dos mais importantes teóricos da guerra, afirmou: “A Guerra é a continuação da política por outros meios”. Essa ideia foi muito corrente entre os teóricos da guerra na Europa até o século XX. Diversas nações usaram esse princípio como argumento para seus investimentos expansionistas, como se o único meio para o sucesso político e manutenção da soberania nacional fosse a guerra.

Apesar de ocorrerem ainda inúmeros conflitos, após 1945 as nações uniram-se em busca de paz. A ONU³ passou a intervir em conflitos armados sempre que achasse necessário para a manutenção da paz. Entretanto, o imperialismo havia deixado suas marcas em diversos países da África que após a Segunda Guerra Mundial se lançaram na luta por independência. Esse foi o caso de Suez.

No presente artigo apresentamos nossa análise sobre a formação do conflito árabe-israelense na Faixa de Gaza e a efetiva participação brasileira, como força de paz enviada pela ONU, na Guerra dos Seis Dias. Para tanto, precisamos compreender a importância do canal de Suez para o mundo árabe, assim como para o Ocidente, por isso se fez necessário o retrocesso histórico que passaremos a apresentar agora.

Suez é uma cidade no Egito, capital da província com o mesmo nome, cuja riqueza é o petróleo e o canal que liga o Mediterrâneo ao Mar Vermelho. É um canal artificial, construído sob iniciativa francesa, a partir de 1859, e inaugurado em 1869, mas somente no século XX assumiu as dimensões apropriadas para navegação. Na ocasião foi criada a Companhia Universal do Canal Marítimo Suez, com objetivo de explorá-lo por 99 anos.

A França e o Egito eram os maiores acionistas do canal. O canal de Suez se tornou uma importante via de comunicação entre o

³ A Organização das Nações Unidas (ONU) é a organização internacional fundada em 1945 com o objetivo de manter a paz e a segurança internacionais; estabelecer relações cordiais entre as nações do mundo, obedecendo aos princípios da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e incentivar a cooperação internacional na resolução de problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários. Apesar do sentido democrático e universalista que orienta seus objetivos e princípios, o poder de veto atribuído aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança impediu muitas vezes uma ação eficaz nos conflitos bélicos ocorridos depois da Segunda Guerra Mundial. A evolução histórica das Nações Unidas foi determinada durante quase meio século pela "Guerra Fria" e pela rivalidade entre os dois grandes blocos econômico-políticos então existentes, o capitalista e o socialista. Essa situação perdurou durante aproximadamente meio século, ou seja, até a dissolução da União Soviética, no início da década de 1990.

Mediterrâneo e o Mar Vermelho. Através dele a Europa pôde ter mais facilmente acesso aos grandes mercados de matéria-prima da Ásia. Seis anos após sua inauguração, a Inglaterra comprou do Egito os títulos da Companhia e se tornou uma das maiores acionistas. No entanto, com o intuito de beneficiar países europeus, em 1888 foi firmado um tratado de internacionalização do canal, que permitia a passagem de qualquer tipo de navio, de qualquer nação, em tempo de paz ou guerra. Esse foi um importante passo para o desenvolvimento comercial europeu. Entretanto, durante as duas grandes guerras esse tratado não foi respeitado.

Há muito o Egito não era uma nação livre. Desde 1878, diante de enfraquecimento financeiro e crise no país, o Egito foi obrigado a incluir no gabinete de Governo dois controladores-gerais de finanças, um inglês e um francês, os dois maiores acionistas do canal de Suez. Com a deposição de Ismail, então governante, assumiu em seu lugar Quediva Tawfic. Este restabeleceu o domínio franco-inglês. As pressões nacionalistas não cessaram, e em 1882 uma reação popular à dominação franco-inglesa forçou a retirada dos franceses do país. No entanto, os ingleses bombardearam Alexandria e logo depois suas tropas desembarcaram. Tawfic, sem maiores alternativas, os recebeu bem e a dominação inglesa foi estabelecida.

Dessa forma, os ingleses ocuparam o Egito até 1922, quando reconheceram sua independência, com algumas condições, como a manutenção do controle britânico sobre o canal de Suez. A independência do Egito foi efeito do processo bélico instaurado durante a Primeira Guerra Mundial. Após tantos anos de dominação européia, o nacionalismo egípcio foi despertado e diversas insurreições iniciaram em luta pela independência do país, forçando a Inglaterra a tal atitude.

Esse processo, entretanto, não se deu de uma hora para outra e somente foi acelerado durante a Segunda Guerra Mundial. A declaração do Reino Unido que reconheceu o Egito como estado soberano reservou quatro pontos a serem resolvidos por acordo: o direito de linhas de comunicação com seu império; a proteção dos estrangeiros e das minorias do país; a defesa militar do Egito, e o domínio inglês sobre o Sudão. O Egito, assim, não estava ainda totalmente independente da Inglaterra, e se transformou em campo de batalha entre ingleses e alemães durante a Segunda Guerra. Os britânicos então aproveitaram para ampliar sua influência no Egito e impuseram Nahhas Paxá como primeiro-ministro. O regime egípcio enfraqueceu-se diante dessa situação, principalmente com o agravamento dos problemas econômicos e sociais do pós-guerra.

Internamente o Egito lutou pela constituição da Liga Árabe⁴, por sua participação na Organização das Nações Unidas, e se empenhou na luta contra o recém-criado Estado de Israel (1948). A criação do Estado de Israel gerou tensão entre os estados árabes, e a ONU, para assegurar o cumprimento do armistício de 1949 proibiu a utilização da península do Sinai por Israel, onde tinham o pequeno porto de Eilat. Essa situação perturbou o resto do mundo, ainda traumatizado pelos horrores da Segunda Guerra. França, Inglaterra e Estados Unidos, em 1950, publicaram uma declaração em que afirmavam intervir militarmente no caso de algum dos lados atravessar as linhas de fronteira fixadas pelo armistício⁵. Em 1952, a agitação antibritânica chegou ao máximo no Egito, e a Irmandade Muçulmana deu um golpe de Estado liderado pelo general Mohamed Naguib. O então rei Faruk abdicou e em 1953 Naguib assumiu o governo como ditador. Essa revolução tirou do poder a monarquia pró-Inglaterra.

Apoiado pelo líder Gamal Abdel Nasser, em 18 de junho de 1953 Naguib proclamou a república e se tornou presidente. Nasser, no entanto, liderou uma revolta contra seu aliado e saiu vencedor, depôs Naguib e assumiu o governo. Em 1956 conseguiu a aprovação do plebiscito da nova constituição, que lhe permitiu ser eleito pela assembléia nacional e confirmado no cargo pelo voto popular, com ampliação de poderes. Seu governo foi voltado à modernização das estruturas econômicas, sociais e militares, o que muito alarmou o mundo europeu. Por ser Nasser um governante revolucionário, contrário a Israel, os Estados Unidos retiraram a oferta de financiamento da represa de Assuã. A atitude americana foi recebida como insulto por Nasser, que, dois dias depois, anunciou que para financiar a barragem de Assuã nacionalizaria a Companhia do Canal de Suez. “Suez pagaria Assuã”.

Com apoio do povo em seu auge nacionalista, Nasser não hesitou e nacionalizou o Canal de Suez. “Mais do que os norte-americanos, o golpe visava a Inglaterra; mas Nasser não imaginava que a França também se identificasse com Suez”⁶. Iniciava-se assim um conflito que duraria dez anos. Durante a crise, Nasser aproximou-se da União Soviética. Nesse período, “o nacionalismo adquiriu uma forte associação com as esquerdas (...) associação essa que foi reforçada subseqüentemente pela experiência da luta antiimperialista nos países coloniais”⁷. A União Soviética e seu sistema socialista representavam a

⁴ União dos países árabes.

⁵ Conforme THOMAS, 1967.

⁶ FERRO, 1996.

⁷ HOBBSAWM, 1990, p. 176.

alternativa não-européia e anti-imperialista de governo. Essa atitude extremada do Egito levou à intervenção militar da França, Reino Unido e Israel. O conflito assumiu formas de uma possível guerra mundial e a ONU interviu no conflito para manutenção da paz.

Batalhões de soldados de diversos países foram conclamados pela ONU para integrar suas forças de paz. Entre os anos de 1957 e 1967 o Brasil enviou vários batalhões de soldados. O Brasil também enfrentava uma crise política, intensificada após o suicídio de Getúlio Vargas. Quando estourou a crise de Suez, o presidente da República era Juscelino Kubitschek.

O governo de JK promoveu uma ampla atividade do Estado tanto no setor de infra-estrutura como no incentivo direto à industrialização. Mas assumiu também abertamente a necessidade de atrair capitais estrangeiros, concedendo-lhes inclusive grandes facilidades. Desse modo, a ideologia nacionalista perdia terreno para o desenvolvimentismo.⁸

Durante os anos do governo de JK, o Brasil viveu o sonho de “50 anos de desenvolvimento em 5”. Foram anos de crescimento do PIB nacional em proporções muito maiores do que nos outros países da América Latina. Os cinco anos de seu governo forneceram ao Brasil aparente estabilidade política e a crise somente voltou a se instalar após as eleições presidenciais em 1960.

Jânio Quadros venceu as eleições com 48% dos votos e foi o primeiro presidente a assumir o cargo em Brasília. O Brasil vivia momentos de esperança no futuro e no desenvolvimento. Entretanto, sete meses depois Jânio Quadros renunciou ao governo e nova crise voltou instalou-se no país. João Goulart, vice-presidente, de acordo com a constituição, deveria assumir o cargo. No entanto, setores conservadores e o exército tentaram impedir sua posse, por entenderem que João Goulart representava a república sindicalista e a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder. “Por um acaso carregado de simbolismo, Jango se encontrava ausente do país, em visita à China comunista”⁹. Em apoio à posse de Jango, no Rio Grande do Sul, o comandante do III Exército abriu o que se chamou de batalha da legalidade. Leonel Brizola, cunhado de Jango e governador do Estado, tornou-se a principal figura do movimento, organizando o sistema militar de resistência¹⁰. Brizola promoveu grandes manifestações populares em Porto Alegre. O conflito somente foi resolvido com a medida do

⁸ FAUSTO, 2001, p. 236.

⁹ Id., *ibid.*, p. 243.

¹⁰ Conforme FLORES, 1996.

Congresso em adotar o parlamentarismo como sistema de governo para o Brasil. Assim, João Goulart assumiu a presidência com poderes reduzidos. O parlamentarismo não poderia durar muito, e não durou. Em 1963, logo após a crise com a França na chama Guerra da Lagosta¹¹, Jango reverteu a situação e o Brasil voltou ao sistema presidencial. Principalmente nos meses que antecederam o retorno ao sistema presidencial, a imprensa atuou fortemente no apelo patriótico. Jango deu declarações em que afirmava que governaria como Vargas.¹²

Em todo esse contexto conturbado no Brasil, nossos pracinhas, como eram chamados, continuavam embarcando em missão de paz para Suez. Em julho de 1963 embarcou o terceiro contingente do Rio Grande do Sul, o qual sofreu com a instabilidade política do país e o golpe que os abandonou por um ano na faixa de Gaza.

O conflito de Suez, pelo que vemos por meio da imprensa, não foi explorado como recurso ao despertar nacionalista, ao contrário da Guerra da Lagosta, que incitou os brasileiros a luta contra o explorador europeu. Diferentemente do que ocorreu no Egito, pois Nasser fortaleceu seu governo com essa crise e ficou na presidência de 1953 a 1970, quando morreu. Mesmo assumindo a culpa pela derrota no conflito de Suez e renunciando ao cargo de presidente, Nasser foi mantido no poder por movimentos populares. Seu governo saía da crise de Suez fortalecido enquanto nação.

A MISSÃO DE PAZ

Após os ataques da Inglaterra, França e Israel, a URSS e os Estados Unidos fizeram uma pesada campanha diplomática e forçaram a retirada das tropas francesas, inglesas e israelenses do Egito. Após esses ataques, o presidente egípcio buscou apoio da ONU para garantir a paz nacional. Assim, em assembléia geral, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Dag Hammarskjold, propôs a criação de “um comando das Nações Unidas para uma Força Internacional de Emergência”, sendo criada assim a UNEF, United Nations Emergency Force.¹³

A UNEF foi formada por contingentes do Brasil, Canadá,

¹¹ A chamada Guerra da Lagosta iniciou com a proibição do então presidente João Goulart da pesca da lagosta por navios franceses dentro do espaço de 200 milhas marítimas. Na época não existiam ainda leis regedoras do espaço da costa marítima de cada país. A atitude brasileira em fixar 200 milhas para si gerou inúmeras revoltas, levando até o papa a um pronunciamento em favor da França. Foram cerca de 45 dias de conflito, terminados com a retirada dos navios de guerra e porta-aviões franceses das águas brasileiras. A imprensa fez intensa propaganda patriótica no período, incitando os brasileiros contra os franceses.

¹² Jornal *Última Hora*, mar. 1963.

¹³ Força de Emergência das Nações Unidas (FENU)

Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Noruega e Suécia, e tinha como principal objetivo orientar a pacificação da área, colocando-se entre as forças egípcias e israelenses para evitar um novo confronto entre as duas nações. Dessa forma, a missão de paz se estabeleceu na faixa de Gaza ao longo da ADL, Armistice Demarcation Line¹⁴, sendo seu comandante o general canadense D. D. M. Burns, o qual já se encontrava no Oriente Médio a serviço da ONU.

Os primeiros soldados representantes do contingente de paz chegaram ao Egito no dia 15 de novembro de 1956, usando seus respectivos fardamentos nacionais e capacete azul-claro e distintivo da ONU no braço.

A FORÇA DE MANUTENÇÃO DE PAZ BRASILEIRA

Após a criação da UNEF, o Brasil foi considerado um dos países aptos a participar da missão do canal de Suez, por satisfazer uma série de condições e ser aceito pelo Egito como país neutro. Assim, por meio do Decreto Legislativo n.º 6122¹⁵, o Presidente da República foi autorizado a enviar um contingente para compor a missão de paz no exterior.

Durante os dez anos (1957-1967) em que a missão se desenvolveu, foram enviados vinte contingentes brasileiros, formados por homens das seguintes cidades: Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Recife e Belo Horizonte. Os contingentes eram formados por “três companhias de fuzileiros, uma de comando e serviços e um destacamento de polícia do exército”¹⁶.

Porto Alegre enviou três contingentes para participar da missão de paz: o 5.º, enviado em 17 de abril de 1959, 13.º, em 4 de julho de 1963, e o 20.º, em 21 de março de 1967.

A convocação dos voluntários para participar da missão de paz era regida por portarias do Exército que priorizavam soldados de 1.ª categoria, ou seja, que já tivessem servido a Força Brasileira. Os candidatos deveriam: ser voluntários e reservistas de 1.ª categoria do Exército, de preferência das classes de 1942 a 1943; ser alfabetizados; ser solteiros, não ser arrimos e não ter filhos; ter a idade máxima de 24 anos; ter tido boa conduta no período em que estiveram incorporados; ser submetidos a seleção, segundo as normas vigentes, e classificados no Grupo “A” em inspeção de saúde; ter no mínimo 1,65m de altura. O tempo de serviço seria, em princípio, de 12 meses.¹⁷

¹⁴ Linha de Demarcação do Armistício.

¹⁵ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1972, p. 869.

¹⁶ Idem, p. 870.

¹⁷ BOLETIM DO EXÉRCITO, n. 17, p. 858, 27 abr. 1957.

O voluntário, após preencher os requisitos básicos acima expostos, passava por uma seleção ainda mais severa, pois deveria atender as seguintes exigências, segundo a portaria do Exército: ser atleta; falar corretamente inglês; falar outra língua estrangeira; ter bom nível cultural.¹⁸

Após a convocação e seleção dos militares a serem enviados ao Egito, estes passaram por um período de 30 dias de atividades que priorizavam o nivelamento da instrução dos soldados, sendo que já haviam recebido adestramento militar no período do serviço obrigatório.

Ao término de todos os preparativos previstos, o 13.º Contingente de Porto Alegre¹⁹ embarcou no navio “Ary Parreiras”, rumo a Port Said, onde chegou em 7 de agosto de 1963, com o efetivo de 356 homens, comandados pelo Major Paulo Álvaro Ávila.

Ao chegar em Port Said, o batalhão partiu para Rafah, onde estava instalado o posto de comando brasileiro.



FIGURA 1 – Mapa sobre a situação do Batalhão Brasileiro em Suez e as zonas de conflito do canal de Suez.²⁰

¹⁸ BOLETIM DO EXÉRCITO, n. 18, p. 6, 3 maio 1963.

¹⁹ Priorizamos neste trabalho o estudo do 13º batalhão, enviado de Porto Alegre em 4 de julho de 1963.

²⁰ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1972, p. 870.

Os efetivos da Força de Paz não poderiam participar do conflito; deveriam apenas observar as duas partes conflitantes: judeus e árabes. Dessa forma, em suas atividades previstas na missão de paz, o batalhão brasileiro foi incumbido de guardar um setor da ADL (Linha de Demarcação do Armistício) que se estendia por 50 quilômetros. Foram instalados Postos de Observação (PO) encarregados de impedir o cruzamento da linha de armistício do conflito. Assim, “à noite, os PO lançavam patrulhas que percorriam a pé o trecho que lhes competia vigiar, e recebiam apoio de grupos dispostos mais à retaguarda”²¹.



FIGURA 2 – Fotografia de Sérgio Francisco Trindade (ex-pracinha de Suez); Posto de Observação²²

O Batalhão Suez manteve a paz durante os dez anos em que atuou na zona de conflito, cumprindo assim a sua missão. Em 1967, Nasser pediu a retirada da Força de Paz do território, então o 20º Batalhão de Porto Alegre se organizou em retirada. Mas, no período em que a tropa brasileira estava apenas esperando a organização definitiva de seu batalhão para o retorno ao Brasil, ocorreu o inesperado. Israel atacou o Egito, na chamada Guerra dos Seis Dias, em que o Egito, Síria

²¹ ANDRADE, 1985, p. 173.

²² A vigilância no Posto de Observação do batalhão brasileiro era feita das 18h às 6h da manhã.

e Jordânia foram bombardeadas pela força aérea israelense.

Após o ataque-relâmpago, Israel conseguiu ampliar seu território. Incorporou o Sinai, a Cisjordânia, a Faixa da Gaza, as colinas de Golan e o setor oriental de Jerusalém, e o canal de Suez ficou fechado por um período, devido à derrota dos egípcios.

No meio desse confronto estava o 20.º Batalhão de Suez, sem o direito de fazer absolutamente nada, pois, além de ser um contingente de paz, já estava desmobilizado e fora daquela missão.

Então, no dia 12 de junho de 1967, o 20.º Batalhão embarcou em Ashdod, no navio “Soares Dutra”, rumo ao Brasil, com o efetivo de 419 homens, sob o comando do Major Wilson Figueira Nepomuceno da Silva, e chegou no dia 12 de agosto de 1967 em Porto Alegre.



Retorno do 20.º Batalhão do Suez a Porto Alegre²³

Na imagem do retorno do 20.º Batalhão, vemos as festividades de recepção dos soldados, como heróis das forças de paz da ONU. No desfile, vemos a exaltação da participação brasileira nesse conflito que

²³ ANDRADE, 1985, p. 175.

deu início ao conflito árabe-israelense que tem abalado as estruturas diplomáticas mundiais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Roberto Brenol. *Batalhão Suez*. Porto Alegre: Corag, 1985.
- BARROS, Fernando Correa. *Na fronteira das ilusões*. Porto Alegre: FCB Consulte, 1998.
- BOLETIM DO EXÉRCITO. *Batalhão Suez*. Rio de Janeiro, n. 17, 27 abr. 1957.
- _____. *Carteiras de identidade e dependentes de cabos e soldados em serviço no 3 e 2 RI Batalhão Suez*. Rio de Janeiro, n. 40, 5 out. 1957.
- _____. *Batalhão de Infantaria que integra a força internacional de emergência*. Rio de Janeiro, n. 5, 2 fev. 1957.
- _____. *Convocação do 13.º contingente*. Rio de Janeiro, n. 18, 3 maio 1963.
- CHAVEAU, Agnes. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército, perfil de um militar*. Brasília: Fundação IBGE, 1972.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1996.
- FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XVIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde de 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio: do advento do Cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- PERRY, Marwin. *Civilização ocidental, uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PROST, Antoine; VINCENT, Gerard. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v. 5.
- THOMAS, Hugh. *O caso Suez*. Lisboa: Ulisseia, 1967.

